

# CONSTITUIÇÃO E EMERGÊNCIA DO BOLSONARISMO NO BRASIL: DO COLONIALISMO À ATUALIDADE

*Data de submissão: 09/08/2023*

*Data de aceite: 02/10/2023*

**Bruna Nubile Maynard Lemos**

Universidade Federal de São Paulo  
Santos – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/1071139303291152>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar as bases psicossociais do bolsonarismo, com foco na relação entre o colonialismo e a referida categoria política. O pressuposto central é que os movimentos políticos são produtos de movimentos de massa que se desenvolvem coletivamente ao longo da história. A metodologia utilizada foi a cartografia, concepção que se ocupa de acompanhar as processualidades das produções subjetivas. O estudo foca os aspectos do colonialismo, desenraizamento e construção do caráter nacional para entender como o bolsonarismo foi constituído, fortalecido e sustentado no Brasil. Conclui-se que o bolsonarismo é resultado da composição e sobreposição de camadas psicossociais, refletindo a disputa pelo imaginário e as subjetividades na sociedade brasileira. A emergência do bolsonarismo ocorre a partir do surgimento de novos problemas, exigindo novas concepções e enunciados.

**PALAVRAS-CHAVE:** bolsonarismo, colonialismo, desenraizamento, Brasil.

## THE CONSTITUTION AND EMERGENCE OF BOLSONARISM IN BRAZIL: FROM COLONIALISM TO PRESENT TIME

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the psychosocial foundations of Bolsonarism, focusing on the relationship between colonialism and this political movement. The central assumption is that political movements are products of mass movements that develop collectively through history. The methodology used was cartographical, seeking to trace the processualities of subjective productions. The study focuses on aspects of colonialism, uprooting, and the construction of national character to understand how Bolsonarism was constituted, strengthened, and sustained in Brazil. The conclusion discusses Bolsonarism as a result of the composition and overlap of psychosocial layers, a reflection of the struggle for the imagery and the subjectivities of Brazilian society. The emergence of Bolsonarism arises from the emergence of new problems, requiring new conceptions and enunciations.

**KEYWORDS:** bolsonarism, colonialism,

uprooting, Brazil.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo concentra-se na análise da problemática do bolsonarismo, um movimento político que traz em seu discurso o antipetismo, antipartidarismo e antiesquerdismo (SOLANO, 2019). Busca-se compreender os fatores que possibilitaram a ascensão desse movimento político e como ele é validado coletivamente. Ao explorar os movimentos psicossociais engendrados pelo bolsonarismo e a emergência dessa corrente política, o estudo examina a construção da subjetividade coletiva que a sustenta. O pressuposto fundamental é que os movimentos políticos são produtos de mobilizações de massa produzidas historicamente.

Em suma, este artigo tem como objetivo analisar as bases psicossociais do bolsonarismo, com foco na relação entre o colonialismo<sup>1</sup> e o referido movimento político. A inter-relação entre metodologia e objeto de estudo é crucial nesta pesquisa. Boaventura de Sousa Santos (2008) oferece uma reflexão epistemológica sobre a crise do paradigma moderno e o surgimento de novas formas de conhecimento. O método cartográfico, inspirado na obra de Deleuze e Guattari (1995), é relevante para a investigação, permitindo acompanhar as conexões históricas e sociais do objeto de estudo, o bolsonarismo, que emerge em meio às crises capitalistas e socioculturais. Através de um nomadismo bibliográfico, autores críticos são explorados para criar epistemologias alinhadas com a resistência ao imperialismo e à colonialidade.

A relevância deste trabalho se dá em produzir uma bibliografia que vise à apropriação da história brasileira, num movimento de desalienação da própria cultura, ao trazer à tona aquilo que foi apagado e violentado, ao olhar os traumas psicossociais em questão. Para que seja possível a construção de processos sociais mais igualitários, é necessário estar sempre atento às repetições e cristalizações dos modos de agir e de estar no mundo e às suas cronificações. Desse modo, o compromisso ético-político da pesquisa é promover transformação social e inclusão de grupos marginalizados.

## 2 | DISCUSSÃO METODOLÓGICA, EPISTEMOLÓGICA E SOCIOCULTURAL

Para esta pesquisa é essencial abordar a inter-relação entre a metodologia e o objeto de estudo. Nesse sentido, a reflexão de Boaventura de Sousa Santos (2008) nos auxilia ao se debruçar sobre a crise do paradigma moderno e o surgimento de novas formas de produção de conhecimento. A racionalidade moderna, influenciada pelo Iluminismo,

---

<sup>1</sup> Segundo Quijano (2009), colonialismo refere-se ao período histórico em que potências europeias conquistaram e colonizaram territórios fora de suas fronteiras, impondo sua autoridade política, econômica e cultural sobre as populações locais. Envolveu exploração, escravização e assimilação forçada de populações locais. Já a colonialidade é um conceito mais amplo, que transcende o colonialismo histórico. Refere-se a uma matriz de poder e dominação persistente, com padrões de opressão que continuam influenciando as estruturas sociais e culturais nos territórios colonizados, mesmo após o fim do domínio direto das potências coloniais.

ênfatizava a separação entre indivíduo e natureza, privilegiando o individualismo e a busca pela liberdade. Essas concepções emergiram em um contexto em que as relações mercantis começavam a se fortalecer nos séculos XVI e XVII, na Europa. Essa perspectiva resultou no desenvolvimento da ciência moderna, marcada pela quantificação, metrificação e categorização da natureza.

No século XX, o paradigma moderno entrou em crise, à medida que questões que escapavam das categorizações causais começaram a ser consideradas. Isso ocorreu em meio às crises sistemáticas do capitalismo, que possibilitaram o questionamento dos modelos explicativos tradicionais. Começou-se a discutir a insuficiência desses modelos para explicar as problemáticas humanas e da natureza. A análise das condições sociais e culturais na investigação científica ganharam importância na reflexão epistemológica. Nesse contexto em que a noção de “leis da natureza” vai sendo rediscutida, os objetos vão sendo entendidos e interpretados com fronteiras cada vez menos definidas, e conceitos como sistema, estruturas e processualidades vão emergindo (SANTOS, 2008). Este último aspecto é de especial interesse para este trabalho e, por isso, o método cartográfico influenciado pelas ideias de Deleuze e Guattari (1995) é pertinente.

A historicização metodológica é fundamental para compreender o bolsonarismo, que emerge em um contexto de crises capitalistas e socioculturais. O uso de metodologias cartográficas permite questionar a insuficiência dos sistemas científicos tradicionais e construir novas epistemologias. O objetivo não é fornecer respostas definitivas, e sim acolher e compreender as angústias, feridas e traumas psicossociais<sup>2</sup> que eclodem na crise.

Este trabalho se concentra no estudo da constituição histórica brasileira para compreender como os enredamentos sociais culminaram na emergência de Jair Bolsonaro. Explora-se a produção de subjetividade, que é construída e constrói a sociedade brasileira ao longo do tempo. Será realizado um nomadismo bibliográfico, que consiste na imersão na produção de diversos autores que abordam um mesmo tema. Essa abordagem permitirá a construção de um raciocínio teórico sobre a emergência psicossocial do bolsonarismo, utilizando os referenciais da cartografia.

A produção teórica dos autores abordados neste artigo é unificada pelo problema de pesquisa que se apresenta. Embora suas obras possuam bases teóricas, epistemológicas e tenham sido produzidas em contextos históricos distintos, elas foram selecionadas por sua relevância para a compreensão dos aspectos levantados no trabalho, pelo problema da pesquisa. Cada autor contribui de maneira única para as reflexões e objetivos propostos, proporcionando uma abordagem abrangente sobre a constituição subjetiva brasileira e o

---

<sup>2</sup> O trauma psicossocial refere-se a feridas psicológicas e emocionais causadas por eventos traumáticos que ocorrem em nível coletivo ou social, afetando amplas populações e comunidades. O trauma psicossocial não apenas afeta as pessoas individualmente, mas também pode ter efeitos profundos na coesão social, nas relações interpessoais e na cultura de uma comunidade. Pode levar a sentimentos de medo, ansiedade, insegurança, desconfiança e desesperança. Além disso, o trauma psicossocial pode ser transmitido transgeracionalmente, perpetuando o sofrimento em comunidades afetadas por traumas históricos (MARTÍN-BARÓ, 1990).

fenômeno do bolsonarismo.

Deleuze indica que em cada formação histórica há maneiras de sentir, perceber, e dizer que conformam regiões de visibilidade e campos de dizibilidade (linhas de visibilidade e de enunciação). Isso quer dizer em cada época, em cada estrato histórico existem camadas de coisas e palavras. (PASSOS; BENEVIDES, 2017, p. 78).

Através do processo de escrita é possível acompanhar processos psicossociais de produção de subjetividades. Isso não significa explicar e desvelar a realidade, mas compreender como se manifestam intensidades, jogos de forças e campos de dizibilidades. Esta pesquisa se comprometeu com os direitos humanos e a transformação social, buscando a inclusão de grupos historicamente excluídos na sociedade. A análise foi orientada por uma perspectiva ético-política, tendo em vista a ampliação das possibilidades de vida e a promoção de práticas alinhadas com a resistência ao imperialismo e à colonialidade. Foram utilizadas estratégias de pesquisa cartográfica que acompanharam os movimentos da subjetividade, da pluralidade e da mutabilidade, buscando resistir às linhas duras e capturas (PASSOS; BENEVIDES, 2017).

Tendo compreendido as decisões metodológicas, éticas e políticas desta pesquisa, faz-se necessário explicar quais foram os caminhos experienciados nesse processo nômade. Os livros balizadores para este texto foram: **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**, de Enrique Dussel (1993); **O caráter nacional brasileiro**, de Dante Moreira Leite (2002); e **A elite do atraso**, de Jessé Souza (2019).

### 3 | ENCOBRIMENTO E PROCESSOS DE DESENRAIZAMENTO

No livro **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**, Enrique Dussel (1993) explora como os europeus colonizadores silenciaram, encobriram e destituíram os povos originários da América. Esse processo começou com a concepção eurocêntrica construída pelos europeus, baseada nos valores do cristianismo e na racionalidade. Essa perspectiva funcionava como um escudo protetor que impedia o encontro e a troca com outras culturas. Quando Colombo chegou à América e insistiu que estava no Oriente, ele não concebeu a possibilidade de estar em contato com uma cultura completamente desconhecida.

Posteriormente, os povos originários foram “descobertos” por Américo Vespúcio, mas ainda assim foram interpretados à imagem e semelhança do europeu. A América foi vista como uma matéria onde o europeu projetou a si mesmo. Isso levou o europeu a se ver como o “missionário da civilização”, enquanto os povos indígenas foram tratados como objetos de domínio e exploração. Outra camada encobridora envolveu o uso da violência militar para conquistar a terra e as riquezas. O processo de “conquista” é um ato militar e violento, que integra o Outro como parte de si mesmo, negando sua distinção e subjugando-o à totalidade dominadora (DUSSEL, 1993, p. 44).

Além do domínio militar, outra camada encobridora se deu através do catecismo, que se expandiu culturalmente, apagando símbolos e histórias indígenas. O discurso cristão culpabilizou os povos indígenas por suas próprias violências e os submeteu ao domínio europeu. Esse processo de colonização das subjetividades e internalização dos valores europeus é fundamental para compreender o bolsonarismo atual, em que ainda se observam ecos dessa formatação social. Muitos sujeitos internalizam valores religiosos que os culpam por sua miséria, buscando em figuras opressoras respostas e soluções para seus problemas. Nessa perspectiva, por serem civilizatoriamente imaturos, pagãos e bárbaros devem ser admoestados e estar submissos ao europeu. Esse é o preço da emancipação (DUSSEL, 1993).

Assim, através de diversos processos, o Outro foi sendo exterminado ou europeizado por diversas camadas encobridoras diante do fechamento europeu que produziu a impossibilidade de encontro e troca. Por isso, Dussel (1993) defende que o que houve entre os povos indígenas e os europeus foi um choque devastador do genocídio indígena que resultará em uma nova cultura sincrética. No entanto, essa cultura não será fruto de uma síntese cultural ou aliança, e sim de uma dominação ou trauma psicossocial original.

Bosi (1987) pontua que a consequência de conquistas predatórias é a impossibilidade de retomar formações muito singulares, uma vez que estas foram perdidas. “A cultura dominada perde os meios materiais de expressar a sua originalidade” (BOSI, 1987, p. 16), o que gera consequências em toda a formação social e subjetiva dessa população.

## **4 | SUBJETIVIDADES BRASILEIRAS**

### **4.1 O CARÁTER NACIONAL BRASILEIRO**

Dante Moreira Leite (2002) realiza uma pesquisa sobre o caráter nacional brasileiro e destaca as dificuldades em estudar grupos tão heterogêneos que compõem a mesma nacionalidade. Ele aponta problemas metodológicos e racistas em alguns pressupostos. Ao refletir sobre a diversidade cultural dentro do Brasil, questiona se há algo culturalmente comum que conecta pessoas de classes sociais opostas e lugares tão diferentes dentro do país. Por isso, ele enfatiza o caráter ideológico da concepção de nacionalidade e busca compreender como ela foi construída.

Nos registros do período colonial, sendo a carta de Pero Vaz de Caminha o mais emblemático deles, o aspecto do Brasil que é mais ressaltado e que passa a compor a concepção de nação é o de um país rico em sua natureza, composto de um povo de caráter inferior. Posteriormente, a colonização do Brasil pelos europeus resultou em cidades e territórios heterogêneos. O governo colonial português e a monarquia brasileira buscaram centralizar os grupos em uma unidade nacional, impulsionados pela ideologia nacionalista do romantismo. Esse movimento cultural acompanhou a imposição do liberalismo econômico como modelo de produção e o surgimento da concepção de indivíduo. A representação

idealizada do “índio” buscava expressar a idealização de um passado, mostrando-o como pueril, livre e corajoso. Dessa forma, a produção cultural romântica expressava as movimentações subjetivas que se produziam naquele momento (LEITE, 2002).

No período do realismo/naturalismo, a ciência ganhou espaço e legitimidade para explicar questões sociais. O país estava vivenciando o período pós-abolição, republicano, e buscava mão de obra trabalhadora. As políticas de embranquecimento favoreciam a entrada de trabalhadores europeus. Nesse contexto, diversas teorias, como o “darwinismo social” e o “determinismo geográfico”, legitimavam a hierarquização racial da sociedade. Autores como Nina Rodrigues contribuíram para essa visão, associando características psicológicas aos diferentes grupos raciais. Oliveira Viana defendeu um governo forte e autoritário como solução, uma abordagem considerada fascista por Dante Moreira Leite (2002).

A ideia de inferioridade racial dos indígenas e negros, manifestada na mestiçagem, foi usada para argumentar que o Brasil estava atrasado em seu desenvolvimento. Azevedo Amaral sustentou a tese de que o povo brasileiro era desatento ao futuro, incapaz de poupar, administrar seus bens e respeitar a ordem legal (LEITE, 2002). Esses valores foram a base para o desenvolvimento do populismo e patrimonialismo, dois pilares da moralidade da classe média antipetista e bolsonarista, conforme analisado por Jessé Souza – aspecto que será analisado mais profundamente adiante neste artigo.

## 4.2 CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DAS CLASSES SOCIAIS

As contribuições de Jessé Souza (2019) em seu livro **A elite do atraso** ajudam a compreender a constituição das subjetividades brasileiras ao traçar um caminho histórico desde a escravidão até o lavajatismo e o bolsonarismo. Para o autor, a produção coletiva de modos de subjetivação da classe média é crucial para a compreensão do bolsonarismo, destacando a escravidão como elemento central da sociedade.

Para iniciar o seu raciocínio, ele descreve a estrutura social escravocrata: família branca nuclear, pessoas negras escravizadas e filhos mestiços (nascidos do estupro das mulheres escravizadas). Esses filhos poderiam ter direito a herança, caso assimilassem os valores da elite e se afastassem culturalmente dos negros. Essa organização deu origem à cultura da classe média, ao conluio entre ela e a elite contra a ralé.

Com o fim da escravidão, o exercício de poder se deslocou da figura do patriarca para assumir uma forma mais impessoal, a estatal. A sociedade brasileira passou por uma europeização com a chegada de imigrantes, acrescentando uma nova camada à constituição social da classe média: o capital cultural valorizado. Destaca-se, assim, a interação das camadas históricas na construção da sociedade brasileira e a importância de compreender como esses processos afetam os sujeitos e suas subjetividades no cotidiano. A autora Bader Sawaia (2016) enfatiza que o conhecimento científico e as políticas públicas têm impactos reais nos corpos e afetos das pessoas, produzindo sofrimento intersubjetivo. Gonçalves

Filho (1998) aborda o desenraizamento ligado à miséria, que impede a sedimentação do passado das famílias e perpetua sua condição de exclusão e humilhação social.

Jessé Souza (2019) aborda como a classe média ganha protagonismo social após o fim da escravidão, impulsionada pela valorização do trabalho com determinado tipo de conhecimento. Ele discute como a sociedade domestica e internaliza marcadores sociais, maneirismos e códigos que posicionam os sujeitos em determinadas posições sociais. Essa produção e reprodução constantes de identidades sociais definem o acesso a lugares, empregos, oportunidades e a forma como os indivíduos transitam na sociedade.

Por que alguns indivíduos que pertencem a algumas classes desempenham secularmente certo tipo de função nas relações produtivas? É preciso partir, portanto literalmente do “berço”, ou seja, da socialização familiar primária para que se compreendam as classes e a sua formação e como elas irão definir todas as chances relativas de cada um de nós na luta social por recursos escassos. As classes são reproduzidas no tempo pela família e pela transmissão afetiva pelos pais aos filhos de uma dada “**economia emocional**”. O sucesso escolar dependerá, por exemplo, da transferência efetiva aos filhos de disciplina, pensamento prospectivo – ou seja, a capacidade de renúncia no presente em nome do futuro – e capacidade de concentração. Sem isso, os filhos se tornam no máximo analfabetos funcionais. Esse “**patrimônio de disposições**” para o comportamento prático, que é um privilégio de classe entre nós, vai esclarecer tanto a ocupação quanto a renda diferencial mais tarde. Como cada classe social tem um tipo de socialização familiar específico, é nela que as diferenças entre as classes têm que ser encontradas e ser objeto de reflexão. As classes sociais só podem ser adequadamente percebidas, portanto, como um fenômeno, antes de tudo, sociocultural, e não apenas econômico (SOUZA, 2019, p. 94).

O processo de constituição social ocorre de forma invisível e silenciosa, com a imitação dos modelos parentais, gerando a falsa ideia de meritocracia. Desde a sociedade colonial, houve movimentos de negação do que era considerado negro e inferior, resultando na segregação de manifestações culturais não brancas, o que persiste até hoje por meio de marcadores sociais aprendidos e reproduzidos inconscientemente. Especialmente considerando-se a história de escravidão que não foi rompida, mas reorganizada em novos arranjos sociais, essa segregação é observada através de marcadores sociais, como roupas, comportamentos e linguagem, que são aprendidos, incorporados e reproduzidos inconscientemente por todos.

Os governos petistas buscaram aproximar socialmente as classes médias e mais pobres. Isso implicava compartilhar serviços, ocupar os mesmos espaços e consumir os mesmos produtos, diminuindo a exploração e desorganizando a função social e a identidade da classe média. Com a aliança fortalecida historicamente entre as classes médias e as elites, isso gerou ressentimento.

Jessé Souza (2019) apresenta dois pilares do moralismo da higiene da nação que sustentam a aliança entre classe média e elite: o patrimonialismo e o populismo. O patrimonialismo consiste em enxergar o Estado brasileiro como corrupto e a população como

inerentemente corrupta e inferior em relação aos povos europeus e norte-americanos. Isso deslegitima o papel do Estado brasileiro e favorece a privatização das riquezas brasileiras em benefício das iniciativas privadas, que são as verdadeiras usurpadoras dessas riquezas.

O populismo é outro pilar do moralismo da higiene da nação, que sugere que políticas públicas voltadas para os mais pobres são uma forma de compra de votos. Essa visão desvaloriza a capacidade das classes mais pobres de tomar decisões autônomas e sugere que apenas elas são manipuladas por políticos, enquanto as outras classes são mais discernentes. Aqui, repete-se um aspecto identificado por Dussel (1993) e por Leite (2002), relacionado ao olhar do europeu aos indígenas e africanos como povos imaturos que deveriam ser educados e civilizados de acordo com os valores da racionalidade europeia. Trata-se de ideias racistas, classistas e de violências simbólicas atualizadas.

E como os processos de desenraizamento subjetivo desembocaram no bolsonarismo? Há uma profunda relação entre a colonização subjetiva e econômica. Deste modo, os governos petistas, ao proporem uma conciliação de classes, enfrentaram a oposição das elites, resultando em uma intensa instabilidade política. O discurso anticorrupção foi empregado como bode expiatório, refletindo os valores morais da sociedade, os quais Jair Bolsonaro captou e personificou em suas campanhas.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O BOLSONARISMO

O texto discute as contribuições de diferentes autores para compreender as bases psicossociais do bolsonarismo no Brasil. Enfatiza as perspectivas de Enrique Dussel (1993), Dante Moreira Leite (2002) e Jessé Souza (2019), que abordam o silenciamento dos povos originários, a formação da nacionalidade brasileira com elitismo e racismo, e a colonização das subjetividades das classes médias aliadas às elites. A partir dessa análise das camadas históricas e psicossociais, temos recursos para investigar a emergência do bolsonarismo na sociedade brasileira, como e por que ele é utilizado, e a que se refere.

Deleuze e Guattari (1992) discutem como um conceito é formado a partir da articulação, corte e superposição de elementos, resultando em um todo fragmentário que totaliza seus componentes. Neste artigo, explora-se como esses fragmentos culminam no conceito de “bolsonarismo”. O surgimento de um conceito não se restringe a resolver um único problema; ele reorganiza ou substitui conceitos anteriores, unindo-se a outras ideias coexistentes. A emergência do bolsonarismo se dá a partir da eclosão de novos problemas, demandando novas compreensões e enunciados.

Neste artigo percorrem-se fragmentos das construções subjetivas brasileiras. De acordo com a concepção de Deleuze e Guattari (1992) sobre a produção de conceitos, a emergência de uma nova categoria política, aqui denominada “bolsonarismo”, se dá a partir da insuficiência dos conceitos e compreensões anteriores, vigentes até então.

A partir de 2015, o Brasil enfrentou uma crise econômica após um longo período

de prosperidade sob os governos petistas, o que resultou em medidas impopulares de redução do estado de bem-estar social. Essa crise mobilizou regressões coletivas, dando origem a discursos conservadores e de ódio. Jair Bolsonaro emergiu como o porta-voz desse discurso reacionário e ressentido. Além disso, é relevante destacar o impacto das mudanças subjetivas decorrentes das transformações sociais e tecnológicas, como a internet, além do aprofundamento das crises sistêmicas do capitalismo, que desafiam os fundamentos do pensamento liberal e afetam as subjetividades contemporâneas. A crise social e a busca por segurança são enfatizadas como fatores que influenciaram a emergência do bolsonarismo na sociedade brasileira.

Solano (2019) realizou uma pesquisa de campo nas manifestações de 2015, que pediam o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Sua pesquisa procurava captar e entender quais eram as insatisfações e pautas daquele movimento. A autora repetiu a pesquisa em 2017 e 2018 em manifestações pró-Bolsonaro e identificou pautas como antissistema, antipartidarismo, antipetismo, antiesquerdismo e anti-intelectualismo. Ela destaca quanto a palavra “esperança” é atrelada à figura de Jair Bolsonaro.

O “bolsonarismo” emerge no momento em que, na crise, as contradições e traumas psicossociais irrompem, e é na figura de Jair Bolsonaro que há uma canalização desses afetos. Há uma força simbólica no entorno de sua figura e de seu discurso. Assim, o bolsonarismo se apresenta disputando os imaginários e subjetividades no país, e a comunicação afetiva desempenha um papel crucial nesse contexto, de modo a se tornar um poderoso motor político que influencia as percepções e comportamentos da população brasileira (SOLANO, 2019).

## REFERÊNCIAS

BOSI, E. Cultura e desenraizamento. *In*: BOSI, A. (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, v. 9, p. 11-67, 1998.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2002.

MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación. *In*: VÁSQUEZ, A. G. (Ed.). **Psicología social desde Centroamérica**. San Salvador: UCA Editores, 1990, p. 77-98.

PASSOS, E.; BENEVIDES, R. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-118.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2016.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. *In*: ABRANCHES, S. *et al.* **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 307-321.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.